

## Carta Aberta de 7 judocas portuguesas do projeto olímpico

Após muitas tentativas de diálogo, e perante a falta de compreensão, de flexibilidade e sensibilidade do Presidente da Federação Portuguesa de Judo (FPJ), senhor Jorge Fernandes, para a necessidade de reajustar a gestão no plano desportivo e psicossocial, os atletas abaixo assinados vêm por este meio tornar público o clima insustentável e tóxico que envolve, neste momento, o Judo português, apelando à intervenção da Secretaria de Estado do Desporto, do Instituto Português do Desporto e Juventude e do Comité Olímpico de Portugal.

Queremos um Judo ambicioso e um relacionamento saudável com todas as entidades e pessoas com que interagimos e estamos dispostos a colaborar numa solução que nos permita – a nós e todos os judocas – voltar ao potencial competitivo que Portugal merece. Mas é com sentimento de desolação que todos vamos assistindo a atitudes opressivas e discriminatórias praticadas demasiadas vezes no âmbito da seleção nacional que tanto orgulho temos em representar.

Aquilo que foi um boa solução durante o período em que a pandemia causada pela Covid-19 impôs a criação de uma bolha de treino, em Coimbra, que nos permitiu estar nos Jogos em segurança, é hoje um dos fatores em que discordamos profundamente da estratégia imposta pela FPJ. Tentámos todas as vias de comunicação possíveis até chegarmos a este momento de alerta.

Tudo temos feito, ao longo destes anos, para manter uma relação profissional com a estrutura federativa, que se resume, no fundo a uma pessoa. Além de não escutar nem esclarecer, o senhor Presidente Jorge Fernandes assume inúmeras funções, impondo inclusivamente decisões técnicas e de seleções nacionais que denotam falta de respeito pelos próprios treinadores. Neste momento esgotámos as nossas opções e sentimo-nos nós também esgotados.

Perante a necessidade de ter mais qualidade de treino para fazer face à exigência da alta competição, nomeadamente para a qualificação olímpica, escrevemos no dia 13 de julho uma carta ao presidente da Federação onde expressávamos as nossas preocupações relativamente à nossa preparação e o impacto da mesma, tanto física como emocionalmente. Nessa mesma carta, apresentámos igualmente algumas sugestões, apelando à sensibilidade do senhor Jorge Fernandes.

As sugestões apresentadas eram as seguintes:

- Participação em estágios internacionais, assim como competições fora do país, de acordo com as necessidades e planeamento de cada atleta com recurso à Bolsa do Projeto Olímpico – planeamento que, aliás, deve ser pensado e organizado em conjunto com o atleta e treinador do mesmo.
- Alteração da exigência da participação em todos estágios nacionais realizados por mês, para 1 estágio exigido por mês.
- Ajuste do valor pago por deslocação a cada atleta, de acordo com as tabelas oficiais do valor de subsídio de transporte.

Na sequência da carta, foi marcada uma reunião (realizada a 3 de agosto) que deveria ser com o senhor Presidente, mas, para nosso espanto, acabou por contar com a presença dos treinadores de todos os escalões – exceto o treinador Pedro Soares –, do secretário da federação Sérgio Oleinic, da responsável de marketing e redes sociais Inês Ribeiro, do treinador da Seleção Paralímpica, com o vice-presidente Sérgio Pina, e ainda com o filho do presidente Jorge Fernandes, agora coordenador do judo juvenil. Assim se criou um ambiente de intimidação!

Apesar do clima de opressão sentido, foi lida a carta e feito o reforço do pedido de solução para os três pontos sugeridos e já acima referidos.

Nesta reunião o presidente voltou a reforçar a obrigatoriedade de presença em 70/80% dos estágios, sob a ameaça de não sermos convocados caso não seja cumprido este parâmetro.

Relembramos que estes estágios se realizam desde Junho de 2020, todas as semanas, em Coimbra – cidade onde reside o Presidente da FPJ. Na altura os clubes estavam a funcionar de forma condicionada devido às limitações impostas pela pandemia. Estávamos também impossibilitados de realizar estágios internacionais, que não se realizavam.

Passaram dois anos. Aquilo que reconhecemos na altura como uma excelente ideia por parte da Federação Portuguesa de Judo e que era – reforçamos! – uma solução temporária, é agora algo que nos causa desgaste emocional, pois todas as semanas, na maioria das vezes aos fins de semana, somos obrigados a estar presentes. Isto é, num ano, em 70/80% dos 52 (!! ) estágios.

Recentemente o atleta Anri Egutidze, faltou ao estágio por ter consulta médica e exame de saúde marcado na mesma data, acabando por ser impedido de fazer uma prova de qualificação olímpica, com o argumento de que não estaria em condições de saúde. Esta decisão foi tomada sem que qualquer médico do clube ou da federação considerasse o atleta inapto. Terá sido, conclui-se, uma represália por ter estado ausente do estágio.

Nestas concentrações, por vezes, estão apenas 8 atletas presentes para treinar, e durante o inverno chegam a estar 7 graus dentro do pavilhão (!!); sendo que o aquecimento é apenas disponibilizado esporadicamente. Temos lidado com tudo isto, semana após semana, focados em tentar evoluir.

Havendo a obrigatoriedade de estar presentes em Coimbra impedem-nos de conseguir participar em estágios internacionais e treinar com os melhores do mundo e consequentemente sermos mais fortes e estarmos melhor preparados para as competições do circuito mundial, nos palcos que ambicionamos e que os portugueses se habituaram a associar ao judo nacional.

Neste momento as bolsas de preparação atribuídas pelo Comité Olímpico a cada um dos atletas que a conquistou através de determinados resultados desportivos são geridas pela FPJ, que usa esse mesmo recurso para suportar os gastos para manter os estágios da seleção nacional de vários escalões, em Coimbra, sublinhando depois os poucos recursos para que os atletas realizem estágios internacionais. Sendo que cada bolsa deveria ser – por lei – destinada apenas ao atleta a que é atribuída.

As possíveis presenças em estágios – quando raramente nos são permitidos – e competições são-nos tantas vezes informadas à última hora, o que mostra a desorganização em que se vive, prejudicando a preparação dos atletas, e obviamente ainda aumenta os custos das viagens.

Recentemente a atleta Telma Monteiro viu a sua participação em um estágio em Alicante ser confirmada à última hora, tendo realizado uma viagem de mais de 10 horas, no total, para o regresso e ainda sendo alertada posteriormente pelo funcionário da federação Sérgio Oleinic para os custos da mesma. Recorde-se que, no modelo atual, quem gere a bolsa e reserva os voos é a FPJ, portanto a responsabilidade do custo deve ser atribuída à mesma e à sua limitada capacidade de organização. Para o mesmo estágio, a atleta Catarina Costa – vice-campeã da europa em título, 5ª classificada nos Jogos Olímpicos – teve de se deslocar de carro com o treinador, 9 horas de viagem, pois afirmavam que agora os voos estariam caros e que seria muito complicado, por este motivo, irem ao estágio. Mais uma vez, a federação ia comprar os voos à última da hora.

De acrescentar ainda que o treinador do projeto Olímpico nacional de cada atleta não tem conhecimento prévio das alterações feitas ao planeamento do atleta. Assim como as convocatórias são feitas pelo próprio Presidente e por um funcionário da federação, sendo posteriormente entregues aos treinadores da seleção.

A federação desconta da bolsa olímpica do atleta o pagamento das despesas do treinador da seleção nacional que acompanha esse mesmo

atleta/as. Esta despesa deveria ser suportada pela própria federação.

Por outro lado, cremos ser importante expor o ambiente tóxico que vamos vivendo. Descrevemos em baixo algumas das muitas situações registadas, algumas das quais de forma regular:

- O Presidente pede aos treinadores que controlem os seus atletas para que não falem; aconteceu, por exemplo, com o presidente a pedir à treinadora Ana Hormigo que controlasse as suas atletas.
- Proibir os atletas de falarem da saúde mental para não darem uma imagem fraca, pois “o atleta é um herói”; como foi dito pelo Presidente à atleta Bárbara Timo, mostrando uma enorme falta de sensibilidade não só para com a atleta – diagnosticada este ano com depressão –, assim como com o tema da saúde mental em si, que está hoje bem presente no desporto internacional.
- Na já supracitada reunião, o senhor Presidente referiu-se aos atletas Bárbara Timo, Rodrigo Lopes e Rochele Nunes – que tinham também assinado a carta de 13 de julho, com as preocupações e sugestões – da seguinte forma: “A Bárbara, a Rochele, o Rodrigo, eu estranho que vocês estão aqui há três anos...”, fazendo referência ao facto de os atletas serem oriundos do Brasil, continuou: “vieram do Brasil foram ingratos connosco ao assinar esta carta”; afirmando ainda coisas como “foram a provas e a estágios que nem os atletas portugueses iam, sem os mínimos” (o que não é verdade!); prosseguiu com expressões como “estranho muito que o Rodrigo, a Rochele e a Bárbara tenham assinado esta carta”, como se o facto de terem nascido no Brasil lhes retirasse qualquer espaço de reivindicar os seus direitos como atletas portugueses.

Quando a atleta Bárbara Timo fez referência a ter tido depressão por estar obrigada a ir para Coimbra, o Presidente Jorge Fernandes respondeu: “Mas ninguém te obrigou a vir para cá do Brasil (...) e agora queres alterar o que não conseguiste no Brasil”. Disse ainda: “Vocês lá no Brasil nem uma Coca-Cola bebiam e agora chegam aqui, a gente dá-vos a mão e vocês querem tudo”. Várias vezes foi feita referência à origem dos atletas, que devem ser tratados com respeito e com direito a expressar preocupações ou fazer sugestões semelhante a qualquer outro atleta português!

Este ano as atletas Telma Monteiro e Bárbara Timo estavam num estágio internacional em Itália – a expensas próprias – quando um treinador italiano as informou que tinha sido contactado pelo funcionário da federação Sérgio Oleinic para saber se estas estavam nesse estágio. Posteriormente, a atleta Bárbara Timo foi repreendida por ter participado do estágio.

Não compreendemos qual o padrão de coerência – o Presidente da federação

diz que os atletas podem realizar estágios internacionais a expensas próprias, mas quando isso acontece sofrem ameaças, represálias e são chamados à atenção. Tal como aconteceu quando os atletas Rodrigo Lopes e Anri Egutidze ficaram a treinar no estágio internacional em Madrid; o Presidente ameaçou o treinador do clube de que se isto voltasse a acontecer “haveria consequências”. Tudo porque o Presidente da FPJ quer a todo o custo que treinemos em Coimbra!

Mais:

- O atleta Anri Egutidze foi proibido pelo presidente de falar georgiano – língua materna – com outro atleta também oriundo da Georgia.

- Testemunhámos várias vezes o presidente a falar alto e de forma que denota falta de respeito com a treinadora nacional Ana Hormigo.

- Na última vez em que nos pediu que assinássemos o relatório de contas de 2021, a atleta Telma Monteiro, que tinha recebido o relatório depois do treino da tarde – como todos os outros colegas a quem ordenaram que assinassem –, guardou-o para ler. No dia seguinte de manhã, o senhor Presidente acompanhado do secretário da federação, intercetaram-na quando ia a caminho do ginásio para lhe perguntar qual era o problema dela, uma vez que ainda não tinha assinado o documento.

Quando informou que precisaria de ser esclarecida relativamente aos valores apresentados, o Presidente não permitiu que treinasse antes de se sentar e discutirem os valores. A atleta Telma Monteiro disse que não concordava que o dinheiro da bolsa fosse gerido daquela forma, ao que o senhor Jorge Fernandes respondeu: “Isso é a tua opinião, mas tens de assinar!”

A atleta fez questão de dizer que iria assinar, mas que não concordava e que não voltaria a assinar nada semelhante no futuro. No documento podem encontrar-se valores que fazem referência a um gasto que é repetidamente apresentado no relatório dos outros atletas, como o gasto do atleta Rodrigo Lopes ao Jogos Olímpicos – o valor é apresentado no relatório do atleta, assim como no da atleta Telma Monteiro. No referido relatório os custos de um estágio com a mesma duração, no mesmo local – Coimbra – apresentam valores diferentes. Foi justificado que seria para pagar despesas relacionadas com atletas estrangeiros que por vezes vêm treinar a Portugal; mesmo que esses atletas não venham para treinar com a atleta em questão.

O senhor presidente que muitas vezes refere: “Podem fazer queixas a quem quiserem porque sou eu o presidente eleito”. Um presidente eleito democraticamente pode dirigir de qualquer forma? Gerir as bolsas de qualquer forma? Falar com atletas e treinadores de qualquer forma?

Pedimos respeito. Pedimos que nos seja dada opção de treinar melhor para podermos almejar melhores resultados para Portugal. Exigimos que a opressão e as represálias acabem!

Para nós, este não é assunto de âmbito pessoal. Temos convivido o melhor possível e respeitado a função do senhor Presidente da FPJ, pelo bem da modalidade e do país que amamos; nem sempre sentimos receber com reciprocidade.

Neste momento, sugerimos que as bolsas dos judocas olímpicos passem a ser geridas pelo próprio Comité Olímpico de Portugal, em sintonia com os clubes e os treinadores, para que haja justiça. As grelhas de plano de atividades e relatórios de contas que somos obrigados a assinar não vão ao encontro daquilo que consideramos ser uma gestão responsável, eficaz e justa.

Escrevemos esta carta para que as entidades que regem o desporto no nosso país nos ajudem a chegar a uma solução, caso contrário não vemos condições para continuar a fazer face às exigências da alta competição e do apuramento olímpico.

Reforçamos que os atletas que assinam esta carta são medalhados em Mundiais, Europeus, Olímpicos. Merecemos respeito, verdade e justiça!

Sublinhamos que a relação com os treinadores e entre colegas de equipa é uma relação saudável, de respeito e companheirismo. Acreditamos, pelo que observamos, que os próprios treinadores não estão a ser respeitados no exercício das suas funções.

Paris 2024 está a menos de dois anos de distância.

Que ambição e que nível competitivo poderemos ter para este e todos os outros grandes eventos que temos pela frente?

Não há condições para evoluir no regime de funcionamento atual da FPJ.

Desejamos um ecossistema para o judo saudável, ambicioso e exigente, mas que respeite o papel de cada um, sem discriminação aos atletas que se naturalizaram e são portugueses de pleno direito.

Sentimos que estamos a estagnar como modalidade, tanto a nossa geração como as gerações futuras. Urge salvar o apuramento e a participação para as próximas grandes competições e definir uma gestão criteriosa da nossa carreira desportiva e financeira. Não há tempo a perder!

Que não fiquem dúvidas que se tomamos esta iniciativa é pelos melhores interesses da modalidade e de todos os intervenientes do judo português.

—

11 de agosto de 2022,

Assinam esta carta seis dos sete judocas que estiveram nos Jogos Olímpicos de Tóquio e que se mantêm no ativo, e sete dos 10 atualmente integrados no Projeto Olímpico do Judo Português:

Anri Egutidze  
Bárbara Timo  
Catarina Costa  
Patrícia Sampaio  
Rochele Nunes  
Rodrigo Lopes  
Telma Monteiro

